

O desconforto das regiões e das classes

Leonardo Luiz Silveira da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Norte de Minas Gerais, Salinas, MG, Brasil

leoluzbh@hotmail.com

 0000-0002-7082-529X

Alfredo Costa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Norte de Minas Gerais, Almenara, MG, Brasil

alfredo.costa@ifnmg.edu.br

 0000-0002-1735-6711

p. 533-546

revista

Geo 

USP

espaço e tempo

Volume 24 • nº 3 (2020)

ISSN 2179-0892

Como citar este artigo:

SILVA, L. L. S.; COSTA, A. O desconforto das regiões e das classes. **Geosp – Espaço e Tempo** (On-line), v. 24, n. 3, p. 533-546, dez. 2020. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/173481>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2020.173481>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 Licence

O desconforto das regiões e das classes

Resumo

De caráter essencialmente epistemológico, este artigo faz uma analogia entre região e classe como categorias de análise. Parte do pressuposto de que são generalizações problemáticas: enquanto a região simplifica a diversidade do espaço ao homogeneizá-la, a classe negligencia a diversidade identitária de seus membros. Assumimos a posição de que regiões e classes são construções arbitrárias que revelam estratégias políticas e que não se sustentam frente às categorias mais amplas que as abrigam: o espaço e a sociedade. Pautado em pressupostos da pós-modernidade, o artigo defende, todavia, o uso dessas categorias, por considerar que elas se apresentam tanto como estratégia discursiva aos *experts*, quanto como possibilidade pedagógica aos que não são familiarizados com a relativização de suas proposições totalizantes.

Palavras-chave: Região. Classe. Espaço Geográfico. Sociedade.

The embarrassment of regions and classes

Abstract

This article establishes an analogy between the region and class as categories of analysis through an epistemological approach. It is assumed that they are unsustainable generalizations: while the region simplifies the diversity of space by homogenizing it, the class neglects the identity diversity that is carried by its members. We take the position that regions and classes are arbitrary constructions that reveal political strategies and that do not hold up against the broader categories that house them: space and society. Based on post-modernity assumptions, the article defends, however, the use of these categories, considering that they present themselves both as a discursive strategy for experts, and as a pedagogical possibility for those unfamiliar with the relativization of their totalizing propositions.

Keywords: Region. Class. Geographic Space. Society.

El malestar de las regiones y clases

Resumen

establece una analogía entre la región y la clase como categorías de análisis. Se supone que son generalizaciones problemáticas: mientras que la región simplifica la diversidad del espacio al homogeneizarlo, la clase deja de lado la diversidad de identidad de sus miembros. Consideramos que las regiones y las clases son construcciones arbitrarias que revelan estrategias políticas y que no se sostienen contra las categorías más amplias que las albergan: el espacio y la sociedad. Sin embargo, con base en suposiciones posteriores a la modernidad, el artículo defiende el uso de estas categorías, considerando que se presentan como una estrategia discursiva para expertos y como una posibilidad pedagógica para aquellos que no están familiarizados con la relativización de sus propuestas totalizadoras.

Palabras clave: Región. Clase. Espacio geográfico. Sociedad.

Introdução

Richard Hartshorne (1978) salientou que regionalizar é estar diante de um desafio. Segundo ele, para considerar similares um número suficiente de áreas – e assim estudá-las –, devemos definir sua composição de maneira tão ampla que incluirá necessariamente variações individuais bastante grandes. Essas variações, por sua vez, perturbariam a validade das generalizações, baseadas na presunção de que exista homogeneidade no interior de cada unidade regional. Por outro lado, se aplicarmos um rigor que busca ressaltar as exceções e as excepcionalidades de cada unidade regional, “podemos ter apenas um espécime de cada tipo” (Hartshorne, 1978, p. 160).

A elaboração teórica de Hartshorne apresenta-se como um dilema para a regionalização: ignorar as exceções espaciais em nome de uma homogeneidade utópica ou aprimorar as representações das diferenças ao ponto de cada categoria regional só apresentar um exemplar? A segunda opção, problematizada por Hartshorne, não consideramos exequível. Afinal, a diferença é o apanágio do espaço geográfico (Dollfus, 1982). O ajuste de escala pode reduzir o contraste entre elementos do espaço, mas não eliminá-los. A solução da valorização das especificidades como estratégia de regionalização também evoca o velho fantasma da geografia: o levantamento de excepcionalidades, por não permitir que comparações possam ser realizadas, acaba se afastando dos princípios científicos tradicionais, o que se explica pela dificuldade de se elaborar leis (Johnston, 1986; Harvey, 1986; Clozier, 1988; Capel, 2013). Assim, a regionalização se consagra como uma generalização.

Em outro campo de análise, convidamos à reflexão sobre a ideia de classe. Na base modernista marxista, o sujeito começa a ser pensado como nação, cultura, classe social, raça, ou seja, como um sujeito coletivo (Lemos, 1999), fruto de uma espécie de taxonomia social. O pós-modernismo rompe com essa ideia ao pressupor que ninguém pode ser comparado a ninguém, abrindo espaço para o seguinte paradoxo: a negação absoluta da identificação das pessoas com classes pode levar a situações que causam estranheza a muitos, como o fato de negar que Donald Trump seja capitalista (Eagleton, 1998). Não é só o pós-modernismo que desconstrói o mito das classes como bloco monolítico de indivíduos; o pós-colonialismo e a antropologia contemporânea já vêm questionando o binarismo estruturalista. Dessa forma, apesar das ponderações de Terry Eagleton (1998), a exemplo da região, as classes também se consagram como generalização.

Nosso objetivo é defender que as regiões e as classes são construções arbitrárias que revelam estratégias políticas e padecem do mesmo constrangimento frente às categorias mais amplas que as abrigam: o espaço e a sociedade. Nossa estratégia passa pelos seguintes pontos:

- apresentar a teoria que sustenta que região e classes são generalizações;
- apresentar as consequências da negligência da região e da abordagem de classe quanto a seus elementos constituintes díspares;
- avaliar a questão: a região é problemática para o espaço na mesma medida que a relação entre as classes e a sociedade?
- avaliar como a desconstrução proposta serve ao debate geográfico.

Abusus non tollit usum, boa parte dos fundamentos aqui apresentados já são consolidados na literatura. O ineditismo deste texto reside no exercício de desconstrução e reconstrução analítica de conceitos muito firmes: um propriamente geográfico, a região; outro sociológico, as classes, mas extremamente útil não só para a geografia, mas para toda abordagem interdisciplinar nas disciplinas das humanidades.

Região e a essência generalizadora

Desde os primórdios de seu uso aos dias atuais, a região sofreu ressignificações que – concomitantemente ao extensivo uso no senso comum – desafiaram a tentativa de “elevação” do termo ao patamar de conceito científico (Cunha, 2000). Apesar de o sentido de região ter mudado ao longo do tempo, manteve-se coerente com a ideia da diferenciação de áreas, o que necessariamente estabelece recortes espaciais bem definidos que aludem a limites. A validade da regionalização tem sido questionada na contemporaneidade, que traz como marca a liquidez material e imaterial (Bauman, 2001, 2004), na qual o espaço é aniquilado pelo tempo (Harvey, 2004) dando lugar à cronopolítica (Virilio, 2007), restando à região ser condicionada e condicionante do processo de globalização (Haesbaert, 2010). Rogério Haesbaert (2010, p. 9) provoca lançando os fundamentos dos que aguardam a falência conceitual:

[...] se vivemos o tempo da fluidez e das conexões, como defendem tantos, como encontrar ainda parcelas, subdivisões, recortes, regiões minimamente coerentes dentro deste todo espacial pretensamente globalizado?

O receio quanto à obsolescência da região se baseia no mito da aldeia global (McLuhan; Fiore, 1971), que encontra cada vez mais dificuldade em convencer alguém da fábula da homogeneização absoluta do *modus vivendi* por intermédio da globalização. Milton Santos (2012), Haesbaert (1999) e muitos outros já se dedicaram a desmitificar a homogeneização em escala planetária, dando fôlego à região: é a perpetuação da diferença que dá sentido a sua existência.

Hartshorne (1978) procura associar o conceito mais técnico de região com aquele que é apropriado pelo senso comum e chega à conclusão de que não há aí grandes distorções. Nos estudos regionais de geografia, considera que se pode afirmar que a região “é uma área de localização específica, de certo modo distinta de outras áreas, estendendo-se até onde alcance esta distinção” (Hartshorne, 1978, p. 138). Já no senso comum, argumenta que o leigo imputa a expressões como “a região de Chicago” essencialmente um significado próximo ao acadêmico.

A ascensão da geografia teórica e quantitativa nos anos 1950 concorreu para resgatar a noção etimológica original de região, na medida em que favoreceu a aproximação da análise regional do planejamento regional (Lencioni, 2014). Da etimologia original da palavra região, *regere*, que sugeria a função de compartimentação administrativa do espaço, destaca-se como característica indissociável seu princípio corográfico que ficou, pela evolução da Geografia, perenizado em seu pacote conceitual. O princípio em voga é o da diferenciação de áreas.

Todavia, como afirmou Richard Hartshorne (1978), há uma discussão que remonta aos anos 1930 e que já aponta o descompasso da ideia mítica acerca da homogeneidade espacial que fundamentaria a região. É o que afirmou Robert Burnett Hall (1935, p. 123): “regiões raramente, quicá nunca, expressam o grau ideal de uniformidade”. Essa crítica não diminui a importância da região como categoria geográfica, mas expressa uma assimetria envolvendo o velho debate entre mente e matéria: a abstração que se projeta alude a um arranjo generalista, útil em boa medida aos administradores e planejadores do espaço geográfico, mas que sucumbe ao escrutínio da diversidade espacial. A região não situa fenômenos pontualmente no espaço: aponta sua densidade em certo recorte, fazendo com que a questão da escala torne-se um importante fiel na balança das distorções.

Hodiernamente, não há nenhum constrangimento à proposição de critérios para regionalização. Há quem acredite que regionalizações que utilizam critérios numéricos possam estabelecer – por intermédio da objetividade – a representação da realidade. Consideramos que a busca pela representação da realidade espacial se assemelha à panglossiana tarefa de determinar a verdade histórica. As investidas objetivas quantitativas são arbitrarias por concepção: os intervalos numéricos estabelecidos parecem realizar um esforço hercúleo de sustentar um arranjo instável; ao menor ajuste dos intervalos, tal como num caleidoscópio, as regiões se embaralham novamente, trazendo-nos uma irresistível sensação de que a proposição não passa de uma versão entre uma miríade de possibilidades. Em certo sentido, a definição de intervalos numéricos também é uma abordagem generalizadora.

Classe e a essência generalizadora

Don Mitchell (1995) criticou a ideia comumente aceita acerca da cultura, despertando acordos e desacordos com outros autores identificados com a temática cultural (Cosgrove, 1996; Duncan; Duncan, 1996; Jackson, 1996; Kong, 1997); Paul Gilroy (1998) pregou o fim do entendimento da raça como classe; Benedict Anderson (2008) chamou a nação de comunidade imaginada; numa paráfrase, a cultura é também chamada de comunidade imaginada, tendo questionadas sua tangibilidade e capacidade de representação (Silva; Costa, 2018a, 2018b, 2020).

Desconstruir a noção que é trazida pela classe é sempre um exercício muito sensível, tanto do ponto de vista da construção teórica quanto na forma discursiva. A incompreensão é relativamente comum. Uma leitura desatenta de Mitchell (1995) pode levar a crer que o autor não tem sensibilidade social. Mas, definitivamente, esse não é o caso. Em uma conclusão importante, após criticar a reificação da cultura, sugere que uma agenda relevante para a geografia cultural é a compreensão de como os grupos poderosos operacionalizam historicamente a noção de cultura.¹ Assim, é crucial admitir que criticar a reificação da cultura não é o mesmo que defender o fim das manifestações culturais, assim como criticar a reificação da raça não é o mesmo que afirmar que o racismo não existe. A desconsideração dessas diferenças nem tão sutis alimenta a ira de grupos militantes dirigida aos teóricos críticos às abordagens reificadas dessas categorias. Resta refletir se tal ira reside no âmbito da incompreensão teórica ou simplesmente no ato político deliberado (afinal, crer na teorização não reificada exige do militante uma reinvenção do discurso). Ao mesmo tempo, fica claro em outro texto de Mitchell (1993) que ele não prega a invalidade da abordagem material como componente do espaço, mas que é preciso desenvolver uma teoria que contemple as complexas relações entre materialidade e imaterialidade.

Peter Jackson (1996) alertou que a abordagem de Mitchell (1995) – intolerante com a reificação cultural – poderia ser entendida como uma manifestação extrema do idealismo. Buscando conciliar o materialismo e o idealismo, Jackson (1998, p. 99) escreveu:

As teorias de construção social não pretendem impor que a raça é uma ficção desprovida de efeitos materiais, mas que os modos de pensar e as práticas racialistas variam significativamente de tempo para tempo e de lugar para lugar.

A desconstrução das classes fundamenta-se a partir de correntes advindas da chamada virada cultural (Valentine, 2001; Pedrosa, 2016), que se deu na passagem dos anos 1960-70. Pensamentos idealistas, pós-estruturalistas e pós-coloniais ganharam força neste contexto e passaram a antagonizar com os fundamentos da geografia crítica. O foco nas identidades ajudou a questionar a ideia de classe como um agrupamento homogêneo, enquanto o idealismo e os pós-estruturalismos concorreram para ampliar a polissemia e a negação da materialidade de conceitos como cultura e raça. A ênfase no que distingue os indivíduos em detrimento do que os une prevaleceu em muitas abordagens, que chegaram ao ponto de sugerir a contemplação

¹ Reflexão também incluída na abordagem de Caroline A. Mills (1988), que argumenta que a noção de hegemonia caminha ao lado da dominação cultural, fazendo-nos pensar sobre quem domina o poder e, portanto, define as concepções de gosto e boas maneiras.

da cultura a partir das identidades (Cohen, 1993). Ao mesmo tempo, a dialética passou a ser predominante no entendimento da falsa dicotomia entre mente e matéria (Ingold, 1993).

As identidades, divididas entre fontes coletivas e individuais em sua constituição (Halbwachs, 1990), são alimentadas por transmissões de experiências culturais que se replicam em um processo de repetição-com-diferença e reciprocidade-sem-começo (Hall, S., 2013). Especialmente fendidas e temporalmente adiadas (Bhabha, 2013), apresentam-se excepcionais, notavelmente fraturadas em sua geografia e história. Stephen Frenkel (1992), discutindo a construção do Canal do Panamá, trouxe uma situação curiosa acerca dos fragmentos identitários que testam as imagens de classes como agrupamentos coesos. Disse que a questão da cor da pele dos trabalhadores era uma justificativa para funções que eram mal remuneradas, realizadas principalmente por nativos das Índias Ocidentais Britânicas. Todavia, a chegada de negros americanos fez com que eles reivindicassem melhor remuneração e funções diversificadas, que pressionavam a narrativa determinista que era empregada. “A contradição entre nacionalidade e raça levou à solução administrativa de exclusão dos negros americanos da empreitada” (Frenkel, 1992, p. 149).

Em seu *Identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2006) lembra o icônico caso da indicação de Clarence Thomas para a Suprema Corte estadunidense, feita pelo ex-presidente George H. W. Bush. Thomas – que se declarava negro – pertencia a um espectro político conservador, o que atendia aos anseios do ex-presidente de formar uma maioria conservadora na Suprema Corte. Eis que a situação provocou um esfacelamento de posições envolvendo a cor e o espectro político. Por exemplo, negros progressistas estavam desgostosos com o espectro político de Thomas, mas satisfeitos com a representatividade racial na corte. A situação ficou ainda mais complexa quando Clarence Thomas, já pertencente à elite judiciária, foi acusado de assédio sexual por Anita Hill, uma funcionária subalterna, fazendo com que considerações sobre raça (socialmente entendida), posicionamento político, classe social e a questão sexual se tornassem variáveis importantes do apoio ou não a sua efetivação como juiz associado da Suprema Corte. Com esse exemplo, Stuart Hall (2006, p. 21) argumenta que as paisagens políticas do mundo moderno são fraturadas por identificações rivais e deslocadas, que são “advindas, especialmente, da erosão da ‘identidade mestra’ da classe e da emergência de novas identidades, pertencentes à nova base política definida pelos novos movimentos sociais”. O autor ainda acrescenta que “as pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe” e, assim:

[...] a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas (Hall, S., 2006, p. 20-21).

O exemplo do juiz Clarence Thomas nos leva a pensar que, pelo menos na contemporaneidade, os indivíduos são um amontoado de classes sobrepostas e contraditórias (assim como um determinado recorte espacial pode ter empilhada sobre si uma série de regiões oriundas de diferentes intencionalidades e temporalidades). Todavia, consideramos que a própria ideia de classe como um corpo homogêneo é utópica. Falando sobre as identidades pós-iluministas,

Stuart Hall (2006) classificou-as em três categorias: como sujeitos do iluminismo, como sociológicos e, por fim, como pós-modernos.² A transição entre estas categorias identitárias não se dá por marcas temporais, mas por processos históricos que não ocorrem necessariamente concomitantes em todas as partes do planeta. Concordamos com Hall a respeito de uma mudança recente que tem consolidado o sujeito pós-moderno. Temos observado com mais clareza as fragmentações e contradições identitárias, ainda que não seja este um movimento propriamente global. Em uma aldeia de indígenas isolados talvez não seja possível destacar com tanta clareza as fragmentações identitárias do sujeito pós-moderno. Todavia, a partir da categorização de Hall, há o perigo de se ver a etapa do sujeito sociológico – anterior a do sujeito pós-moderno – como identidade coesa e plenamente estável, imune à experiência humana e seus percursos individuais.

Claramente existem processos que afetam o arranjo identitário; acreditamos, entretanto, que a tarefa de descrevê-los não deve nos levar a ver coesão absoluta em classes e estabilidade identitária em tempos pretéritos ou em agrupamentos humanos específicos. Estas impressões muitas vezes podem ser produzidas no ato comparativo: a aceleração da fragmentação identitária é notável naquilo que Hall chamou de sujeito pós-moderno; este, colocado ao lado de um sujeito que representa uma pureza identitária mítica, pode fazer com que – por intermédio de sua extrema fragmentação e contradição – produza a impressão de que a estabilidade identitária exista, assim como as classes sociais entendidas como blocos monolíticos. Após apresentar sua categorização, Stuart Hall a relativiza, chegando ao ponto que consideramos adequado para abordar as identidades:

Tentar mapear a história da noção de sujeito moderno é um exercício extremamente difícil. A ideia de que as identidades eram plenamente unificadas e coerentes e que agora se tornaram totalmente deslocadas é uma forma altamente simplista de contar a história do sujeito moderno (Hall, S., 2006, p. 24).

Assim, identidades colocadas lado a lado expõem notáveis diferenças entre os indivíduos. A ideia de classe, que trabalha imagetivamente com o coletivo, transmite a noção de homogeneidade ou regularidade que não encontra respaldo na realidade. A classe como estratégia política leva indivíduos às reivindicações comuns que se constituem no amálgama que os une. Essa semelhança não consegue soterrar as diferenças. Essa problematização não deveria ofender ninguém que se vê como representante de qualquer comunidade imaginada. Afinal, o esforço teórico empreendido aqui não é incompatível com a consideração de que as movimentações da subalternidade a favor da correção de injustiças históricas são importantes.

2 O sujeito do iluminismo se baseia na concepção do indivíduo centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, consciência e ação, cujo centro consistia num núcleo interior que se formava desde o nascimento e permanecia essencialmente o mesmo no decorrer da vida; o sujeito sociológico teria um núcleo interior não autônomo, formado na relação com outras pessoas. As diversas atividades sociais que são o apanágio da vida contemporânea têm fragmentado essas identidades criando o sujeito pós-moderno, continuamente formado e transformado em relação aos modos pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, S., 2006).

Repercussões do caráter generalizador da região e da classe

Defendemos o ponto de vista trazido por Hartshorne (1978) de que a região é uma generalização da representação de dada porção espacial. Consideramos também que a classe generaliza a representação de uma dada coletividade social. Ressaltamos, porém, que ambos, região e classe, são categorias as quais padecem do mesmo mal: favorecem a criação de estereótipos que simplificam o universo com as quais estão ligados: o espaço e a sociedade. São, portanto, elaborações totalizantes.

As representações totalizantes quando ocorrem por meio das regiões, elaboram imageticamente uma dada porção do espaço. Silva (2018a) referiu-se ao ato de negligenciar a diversidade espacial como supressão da geografia. As regiões suprimem a geografia por não situar os fenômenos que representam. Regionalizações sugerem – ainda que não pelo conceito *stricto sensu* – que no interior de cada unidade regional exista um arranjo homogêneo, o que não ocorre nem mesmo com o olhar centrado no fenômeno que se pretendeu representar. Regiões tornam-se uma estratégia comunicativa do geógrafo, úteis à administração pública, desde que as intervenções espaciais consigam transcender as limitações advindas do ato generalizador; regiões são úteis à educação geográfica, com a condição de que a reflexão epistemológica pondere suas limitações. O olhar do geógrafo é treinado para contemplar uma proposição regional. O mesmo não pode ser dito de um leigo, que, mediante uma regionalização, pode esquecer que a diversidade é o apanágio do espaço.

Quando as representações totalizantes ocorrem por meio das classes, foca-se naquilo que supostamente une os indivíduos, ignorando o que os separa. Silva (2018b) nomeou a negligência quanto às excepcionalidades formativas das identidades realizada no ato generalizador de classe como microsupressão da experiência histórica. Terry Eagleton (1998) complementa que não há razão para assumir que, para pertencer à mesma classe, todas as coisas devem apresentar exatamente as mesmas características essenciais. Vemos esse argumento de Eagleton como problemático. Ao olhar das pessoas que não fazem das ciências humanas um nicho de sua constante reflexão, qual seria a ideia do pertencimento de um indivíduo a uma classe? O fato de um intelectual argumentar que não há razão para pensar que exista diferença no interior da classe social garante que as pessoas assim o entendam e ajam conforme essa premissa? Acreditamos que esse entendimento também é socialmente construído. Num exemplo extremo, não existem raças biológicas, mas o racismo e seus efeitos, sim. Por isso, diferentemente de Eagleton (1998), concluímos que é válida a problematização que desconstrói as classes.

No papel de proeminente intelectual, Terry Eagleton tem essa clareza e, supomos, deve se policiar constantemente de modo a evitar a tentação totalizante. O pensamento estrutural notavelmente detém a hegemonia da observação à *prima facie*, como, por exemplo, nos faz opor o cru e o cozido (Lévi-Strauss, 1967). Acreditamos ainda que não devem ser as características essenciais a definir a pessoas como pertencentes ao grupo A ou B. Essa decisão deve ser deslocada para o âmbito do sujeito, independentemente das características. Mediante a natureza híbrida e permeável das culturas que o próprio Eagleton (2011) reconhece, não parece ser assertivo estabelecer uma linha arbitrária para definir o número de características compartilhadas que pode levar à decisão sobre o enquadramento de elementos em dada tipologia.

De todo modo, há uma grande questão quando essa teorização que desconstrói as classes esbarra nas políticas públicas. Sem uma definição tangível do que sejam povo, nação e raça, entre outras categorias, o discurso político de atendimento à subalternidade se esvazia. A mobilização política, por sua vez, também depende da ideia de consenso de grupo, tanto no que diz respeito às pautas reivindicatórias quanto na construção dos simbolismos, dogmas e pressupostos que servem de amálgama às identidades em torno do grupo social. Nesse sentido, Terry Eagleton (1998) lamenta a colaboração do pós-modernismo com a desconstrução da ideia de uma história material que poderia servir como narrativa apropriada à militância social e política. Acredita que a não existência de uma narrativa para amparar as vítimas das injustiças seja lamentável. Temos aqui outro desacordo teórico: o fato de múltiplas narrativas serem consideradas interpretações da realidade intangível não significa que devemos dar o mesmo valor a todas as interpretações.

Particularmente entramos também em desacordo com pós-modernistas radicais. Nosso argumento nesta tentativa de mediação entre Terry Eagleton e a posição pós-modernista quintessencial é de que desconstruir o monopólio da verdade de qualquer narrativa não implica automaticamente a impossibilidade de hierarquizar as versões. Nesse caso, a opressão e a subalternidade histórica se constituem como potenciais juízes, faltando-nos um mecanismo que liga esses árbitros metafóricos ao domínio das práticas. É justamente esse vácuo que pode abrigar as manifestações intelectuais, a luta social e até mesmo a violência, numa forma teórico-prática explorada por Hannah Arendt (2009). No campo teórico, todavia, sempre é importante lembrar que as narrativas são impressões espaço-temporais. Como a história continuará submetida à inexorabilidade temporal, a hierarquização das narrativas também precisa de revisões e ajustes constantes por parte de quem as elabora e de quem as interpreta.

É possível encontrar, no entanto, engajamento frente às narrativas subalternas por parte de autores que refletem a partir dos pressupostos da pós-modernidade. Nesse sentido, a preocupação com o “social” se mistura com outra obcecada empreitada pós-moderna: o fetiche pela subalternidade, que se explica não por uma militância pontual, mas como uma tentativa de encontrar nas narrativas de grupos minoritários e/ou oprimidos discursos que antagonizam com as metanarrativas tradicionais. Esta estratégia evidencia a polarização e permite que se reflita, por meio das posições antagônicas, a possibilidade de intermediação, desde que não se carregue a ingênua pretensão de dimensionar o “real”.

Região e classe também compartilham outro desconforto: ambas remetem a ideias nas quais a temporalidade de sua expressão não revela a plenitude de sua historicidade. *A priori*, região e classe apresentam-se eternizadas, status motivado pela incompreensão do passado. As regiões são eternizadas no ato de representação espacial; seu mapeamento eterniza um arranjo momentâneo. Analistas regionais costumam contar com a caducidade das regionalizações para sugerir novos rearranjos classificatórios. Já as classes são eternizadas pelo fato de sua concepção ignorar a miríade de identidades que as compõe. Cada indivíduo supostamente inserido em uma classe carrega sua própria fratura espaço-temporal e, deste modo, a alusão à classe ignora trajetórias e dinâmicas individuais em nome de um conjunto mítico estável.

Utilizamos a palavra “desconforto” para integrar o título do nosso artigo na expectativa de transmitir a ideia de que a região e a classe padecem das mesmas limitações. Suas generalizações espaço-temporais suprimem a diversidade espacial e a experiência temporal. Por meio de caminhos tortos, a região e a classe exibem desconfortos semelhantes, ainda que se representem como parcelas que se relacionam de forma diferente com suas categorias-mães: o espaço, no caso da região; a sociedade no caso da classe.

Estas considerações não visam execrar as categorias e tampouco recomendar que se as abandonem. Entendemos que estas reflexões são valiosas por ressaltar a importância de transcender essas limitações das categorias num processo de desconstrução de sua materialidade que permita um exercício dialético entre teoria e práxis. É curioso pensar que mesmo em trabalhos acadêmicos podem-se cruzar as categorias região e classe sem as devidas ponderações. É o que ocorreu na proposta de Samuel Huntington (1997) a respeito do choque das civilizações. Na sua regionalização, o mundo foi dividido em regiões a partir do critério “civilização”, um agrupamento que compartilharia características culturais. Não queremos dizer que classes não possam ser regionalizadas, mas, no caso da proposta de Huntington – tão criticada por Said (2007) e outros – a fundamentação teórica se baseou na materialidade de suas regiões e de suas classes. Regionalizar classes pode ser, inclusive, uma excelente oportunidade de apresentar as questões teóricas que abordamos neste artigo. Tornar-se-ia um instrumento didático eficaz, desde que abandonados os vícios da materialidade, da pretensão de eternidade e das generalizações que fomentam e disseminam estereótipos.

Considerações finais

As regiões e as classes têm em comum um desconforto teórico: apresentam-se totalizantes no universo que as abriga, suprimindo a diferença em favor de uma generalização. O universo das regiões é o espaço; o das classes, a sociedade. Suas contradições são assim expressas:

- as regiões sugerem uma composição homogênea, mas ignoram as diferenças internas, que são o apanágio do espaço;
- as classes sugerem homogeneidade entre os indivíduos que as integram, mas integram identidades fraturadas que têm diferenças tão notáveis quanto semelhanças.

Tanto as regiões quanto as classes são fenômenos idealistas: não existem *per se*; são abstrações teóricas que encontram respaldo nas mentalidades coletivas. Por essa razão, os efeitos de sua ideação podem ser muito reais. São elaborações arbitrárias cuja reprodução e cuja crença revelam, *inter alia*, a força da capacidade discursiva acerca de sua existência. Tanto as regiões quanto as classes apontam a velha discussão entre materialidade e imaterialidade, bem como entre a objetividade e a subjetividade das abordagens. As discussões de Augustin Berque (2012, 2017) sobre os geogramas e as trajeções podem ser muito úteis para lidar com as elaborações mentais e as formas como elas podem interferir no mundo físico. Por isso são razoáveis as considerações de Tim Ingold (1993) sobre a recusa a separar “mente” e “matéria”.

É relativamente comum a ideia de que as abordagens desconstrucionistas devem propor uma alternativa ao lugar do que atacam. Como dissemos, não faz parte de nossa investida a recomendação da não utilização das regiões e das classes. Afinal, sua própria consideração permite a problematização teórica que fazemos aqui. Para os *experts*, as expressões totalizantes da classe e da região podem ser consideradas mero artifício linguístico: uma comunicação rápida e talvez descuidada que não pretende discutir as categorias em si, mas outros fenômenos que derivam delas. Por outro lado, para aqueles que não estão preparados para relativizar as classes e as regiões, corre-se o risco da supressão da geografia (Silva, 2018a) e da microsupressão da experiência histórica (Silva, 2018b) no ato analítico e discursivo. Afinal, essas expressões totalizantes reforçam estereótipos que simplificam a natureza do espaço, bem como a diversidade humana. Concordamos com Silveira (2006), que salienta que o mundo não pode ser cindido a partir de enfoques inquestionáveis como os setores da economia, as redes, as classes ou as regiões pétreas. Essa é a justificativa da validade e da relevância desta discussão no debate geográfico.

Referências

- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BERQUE, A. A cosmofania das realidades geográficas. **Geograficidade**, Niterói, v. 7, n. 2, p. 4-16, 2017. doi: <https://doi.org/10.22409/geograficidade2017.72.a12977>.
- BERQUE, A. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade**, Niterói, v. 2, n. 1, p. 4-12, 2012. doi: <https://doi.org/10.22409/geograficidade2012.21.a12816>.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.
- CAPEL, H. Neopositivismo e geografia quantitativa. In: CAPEL, H. **Ruptura e continuidade no pensamento geográfico**. Maringá, PR: Ed. UEM, 2013. p. 81-110.
- CLOZIER, R. **História da geografia**. Lisboa: Europa-América, 1988.
- COHEN, A. P. Culture as identity: an anthropologist's view. *New Literary History*, Baltimore, v. 24, n. 1, p. 195-209, 1993. doi: <https://doi.org/10.2307/469278>.
- COSGROVE, D. Ideas and culture: a response to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 21, n. 3, p. 574-575, 1996.
- CUNHA, L. A. G. Sobre o conceito de região. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, PR, v. 5, n. 2, p. 39-56, 2000. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2107/1588>. Acesso em: 19 out. 2020.
- DOLLFUS, O. **O espaço geográfico**. São Paulo: Difel, 1982.

- DUNCAN, J.; DUNCAN, N. Reconceptualizing the idea of culture in geography: a reply to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers New Series**, Londres, v. 21, n. 3, p. 576-579, 1996. doi: <https://doi.org/10.2307/622599>.
- EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FRENKEL, S. Geography, empire, and environmental determinism. **Geographical Review**, Londres, v. 82, n. 2, p.143-153, 1992. doi: <https://doi.org/10.2307/215428>.
- GILROY, P. Race ends here. **Ethnic and Racial Studies**, Abingdon, GB, v. 21, n. 5, p. 838-847, 1998. doi: <https://doi.org/10.1080/014198798329676>.
- HAESBAERT, R. **Regional-global: Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 15-39, 1999. doi: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13361>.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, R. B. The geographic region: a resume. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington DC, v. 25, n. 3, p. 122-136, 1935. doi: <https://doi.org/10.2307/2569446>.
- HALL, S. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: HALL, S.; SOVIK, L. (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013. p. 27-55.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, D. **Explanation in geography**. Bristol, GB: Edward Arnold, 1986.
- HUNTINGTON, S. **O choque das civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- INGOLD, T. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, Abingdon, GB, v. 25, n. 2, p. 152-174, 1993. doi: <https://doi.org/10.1080/00438243.1993.9980235>.
- JACKSON, P. Constructions of “whiteness” in the geographical imagination. **Area**, Londres, v. 30, n. 2, p. 99-106, 1998. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20003863>. Acesso em: 19 out. 2020.
- JACKSON, P. The idea of culture: a response to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, Londres, v. 21, p. 572-573, 1996.
- JOHNSTON, R. J. **Geografia e geógrafos**. São Paulo: Difel, 1986.

- KONG, L. L. L. A “new” cultural geography? Debates about invention and reinvention. **Scottish Geographical Magazine**, Perth, AU, v. 113, n. 3, p.177-185, 1997. doi: <https://doi.org/10.1080/00369229718737011>.
- LEMOS, A. I. G. Geografia da modernidade e geografia da pós-modernidade. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 27-39, 1999. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.1999.123344>.
- LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2014.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Le cru et le cuit**. Paris: Plon, 1967.
- MCLUHAN, H. M.; FIORE, Q. **Guerra e paz na Aldeia Global**. Rio de Janeiro: Record, 1971.
- MILLS, C. A. “Life on the upslope”: the postmodern landscape of gentrification. **Environment and Planning D: Society and Space**, Dorchester, GB, v. 6, n. 2, p. 169-190, 1988. doi: <https://doi.org/10.1068/d060169>.
- MITCHELL, D. There’s no such thing as culture: towards a reconceptualization of the idea of culture in Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, Londres, v. 20, n. 1, p.102-116, 1995. doi: <https://doi.org/10.2307/622727>.
- MITCHELL, D. Review of Writing Worlds: Discourse, Text and Metaphor in the Representation of Landscape, by T. J. Barnes and J. S. Duncan. **The Professional Geographer**, Washington DC, v. 45, n. 4, p. 474-475, 1993. doi: <https://doi.org/10.1111/j.0033-0124.1993.00471.x>.
- PEDROSA, B. V. O império da representação: a virada cultural e a geografia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: Uerj, n. 39, p. 31-58, 2016. doi: [10.12957/espacoecultura.2016.31750](https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2016.31750).
- SAID, E. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SILVA, L. L. S. A supressão da geografia no exercício da alteridade. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 9, n. 17, p. 1-13, 2018a. doi: <https://doi.org/10.26895/geosaberes.v9i17.620>.
- SILVA, L. L. S. As duas faces da supressão da experiência histórica. **Revista de História Bilros**, Fortaleza, v. 6, n. 11, p. 36-55, 2018b. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=3285>. Acesso em: 19 out. 2020.
- SILVA, L. L. S.; COSTA, A. Questionando as delimitações cartográficas da cultura. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 21, n. 73, p. 445-457, 2020. doi: <https://doi.org/10.14393/RCG217349523>.
- SILVA, L. L. S.; COSTA, A. A inadequação das regionalizações culturais mediante os pressupostos do pós-colonialismo. **Geotextos**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 225-247, 2018a. doi: <http://dx.doi.org/10.9771/geo.v14i1.26462>.

- SILVA, L. L. S. ; COSTA, A. Cultura como comunidade imaginada: uma crítica à abordagem ontológica da cultura nos estudos geográficos. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 27-41, 2018b. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/19236>. Acesso em: 19 out. 2020.
- SILVEIRA, M. L. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **Geosp – Espaço e Tempo**, n. 19, p. 81-91, 2006. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2006.73991>.
- VALENTINE, G. Whatever happened to the social? Reflections on the “cultural turn” in British Human Geography. **Norwegian Journal of Geography**, Kristiansand, NO, v. 55, n. 3, p. 166-172, 2001. doi: <https://doi.org/10.1080/002919501753129925>.
- VIRILIO, P. **Speed and politics**. Los Angeles, CA: MIT Press, 2007.